

CPI DA CORRUPÇÃO: Gesto do grupo de ACM tem o objetivo de salvar o senador baiano da cassação do mandato

Carlistas retiram assinaturas da CPI

CARMEN KOZAK

BRASÍLIA – Na noite de quarta-feira, depois de muitas conversas com dirigentes do PFL e com o senador José Sarney (PMDB-AP), o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) concluiu que era hora de aposentar o trombone, instrumento ao qual foi comparado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso por conta de suas denúncias. Precisava salvar a própria pele, segundo definição de aliados. Sem opção, determinou o recuo

dos cinco deputados carlistas que assinaram o requerimento da CPI da Corrupção: Ariston Andrade, Luiz Moreira, Ursicino Queiroz, Paulo Magalhães e Eujácio Simões, todos baianos.

ACM entende que, com o que denomina “gesto de boa vontade”, conseguirá escapar, semana que vem, de um processo por quebra de decoro parlamentar no Conselho de Ética do Senado. Só depois, se conseguir o seu intento, é que vai analisar como explicará ao eleitorado os motivos que o le-

varam a desistir da cruzada moralizadora desencadeada por ele mesmo há um ano.

Além de José Sarney, tiveram atuação decisiva na costura do recuo carlista os deputados Heráclito Fortes (PFL-PI) e José Carlos Aleluia (PFL-BA), o presidente nacional do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), e o ministro da Previdência, Roberto Brant. Na Câmara, o líder da bancada, Inocêncio Oliveira (PE), pediu o auxílio de vice-líderes para ajudar no convencimento.

Para evitar que o grupo fosse desmoralizado completamente, emissários carlistas conseguiram negociar com apaziguadores do PMDB e de alguns setores do governo a manutenção das assinaturas dos senadores baianos Waldeck Ornéllas e Paulo Souto no requerimento de CPI. A exigência teria sido feita por interlocutores credenciados do presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA). Tanto aliados de Jader quanto líderes governistas, conta um peemedebista, crêem que o desgaste dos carlistas perante a opinião pública serviria como uma espécie de segurança de que o líder baiano não retomará as brigas contra o comando do PMDB e o governo Fernando Henrique.

As negociações pela trégua foram iniciadas pelos próprios carlistas há duas semanas, com consentimento de ACM. Em todas, o mesmo argumento: se não chegassem a um entendimento, a punição de Antonio Carlos puxaria toda sorte de problemas para Jader e para o governo Fernando Henrique. “As coisas se misturaram. Ou todo mundo se acalma ou todos afundam juntos”, disse o deputado Heráclito Fortes a um dirigente do PMDB.

E, já pensando em preservar a própria pele, ACM mergulhou em silêncio absoluto. “Nesta fase não tenho interesse de falar do senador Jader Barbalho e de denúncias de corrupção. Tratar desse assunto complica muito mais”, tem repetido.